

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.445.160 - PR (2019/0032460-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO - SP207267  
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S) -  
PE023748  
**AGRAVANTE** : ARLINDO DOS SANTOS  
**AGRAVANTE** : EVA DA SILVA DOS SANTOS  
**AGRAVANTE** : JORGE FERREIRA DA SILVA  
**AGRAVANTE** : LUIZ PEREIRA DE SOUZA  
**AGRAVANTE** : MARIA RITA SANTOS DE OLIVEIRA  
**AGRAVANTE** : VALDIR APARECIDO MULLER  
**ADVOGADOS** : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123  
CARMEN GLORIA ARRIAGADA BERRIOS - PR020668  
SANDRO RAFAEL BONATTO E OUTRO(S) - PR022788  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. MULTA DECENDIAL. LIMITAÇÃO AO VALOR DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL, SEM O ACRÉSCIMO DE JUROS. PRECEDENTES. ACÓRDÃO RECORRIDO PROFERIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES SUPERIOR TRIBUNAL. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER DO RECURSO ESPECIAL E, DESDE LOGO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.*

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por ARLINDO DOS SANTOS e OUTROS em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim resumido:

*AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO DA EXECUTADA. NÃO ACOLHIMENTO. INSURGÊNCIA DESTA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. RECONHECIMENTO. INCIDÊNCIA INDEVIDA DE JUROS MORATÓRIOS SOBRE MULTA DECENDIAL. IDÊNTICA NATUREZA ACESSÓRIA E*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*MORATÓRIA DOS INSTITUTOS. BIS IN IDEM. VEDAÇÃO. DECAIMENTO PARCIAL DA IMPUGNANTE. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO (e-STJ fl. 112).*

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente acolhidos em aresto ementado nos termos a seguir reproduzidos:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SEGURO HABITACIONAL. IMPUGNAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. INSURGÊNCIA DA EXECUTADA. APELO PARCIALMENTE ACOLHIDO. OMISSÃO QUANTO A RESSALVA DA GRATUIDADE. OCORRÊNCIA. JUROS DE MORA E CLÁUSULA PENAL. DISTINÇÃO ESTABELECIDADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO (e-STJ fls. 174/176).*

Nas razões do especial, os recorrentes, além de apontarem dissídio pretoriano, alegaram que foram contrariados os arts. 408, 409, 410, 411 e 412 do Código Civil, sustentando, em síntese, a tese de que "a incidência da multa decendial sobre o valor das indenizações deve englobar os juros de mora que serão incluídos sobre o débito original, devidamente atualizado" (e-STJ fl. 197).

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 403/412 (e-STJ).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 416/418), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 437/442 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registro que o acórdão recorrido foi publicado já sob a vigência da Lei 13.105/2015, razão por que o juízo de admissibilidade será realizado nos moldes deste novo édito, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

A irresignação não merece prosperar.

Como relatado, os recorrentes sustentam que a cláusula penal deve incidir sobre o valor da obrigação principal acrescido de juros de mora.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Esta Corte Superior tem entendimento assente no sentido de que, à luz do art. 412 do CC, a multa decendial limita-se ao valor da obrigação principal, sem acréscimo de juros de mora.

Confirmam-se, a esse respeito, os seguintes julgados:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INDENIZATÓRIA. SECURITÁRIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. JUROS DE MORA. MULTA DECENDIAL. EXCLUSÃO. CABIMENTO. COISA JULGADA. INVERSÃO DO JULGADO. INVIABILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.*

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*

*2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.*

*3. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a multa decendial deve se limitar ao valor da obrigação principal, nos termos do artigo 412 do Código Civil, sem o acréscimo de juros. Precedentes.*

*4. Na hipótese, rever o posicionamento do tribunal de origem, que decidiu pela ausência de violação da coisa julgada, encontra o óbice da Súmula nº 7/STJ.*

*5. Agravo interno não provido.*

**(AgInt no AREsp 1455518/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 04/10/2019)**

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AUTORA.*

*1. Inexiste omissão na decisão judicial que julga a controvérsia de modo claro, coerente e suficiente, manifestando-se sobre todas as teses relevantes para o julgamento da lide.*

*2. O atraso no pagamento da indenização securitária, em contratos de seguro habitacional vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação, enseja o pagamento de multa decendial, limitada ao valor da obrigação principal.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Precedentes.*

*3. Agravo interno desprovido.*

**(AgInt no AREsp 922.526/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 18/05/2018)**

**AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. MULTA DECENDIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. MULTA DECENDIAL QUE SE LIMITA AO VALOR DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL, SEM O ACRÉSCIMO DE JUROS. ACÓRDÃO RECORRIDO PROFERIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES SUPERIOR TRIBUNAL. SÚMULA 83/STJ.**

*1. Ausência de violação do art. 535 do CPC/73 quando o acórdão recorrido aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível.*

*2. A ausência de manifestação do acórdão recorrido acerca de dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial. Súmula 211/STJ.*

*3. Segundo a jurisprudência deste Superior Tribunal, a multa decendial no seguro habitacional é devida, limitada ao valor da obrigação principal, sem o acréscimo de juros, nos termos do art.*

*412 do CC.*

*4. Acórdão recorrido proferido em consonância com a jurisprudência destes Superior Tribunal. Súmula 83/STJ.*

**5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.**

**(AgInt no REsp 1393789/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 19/06/2017)**

**AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. MÚTUO HABITACIONAL. SEGURO. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 211/STJ. LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. INEXISTÊNCIA DE COBERTURA, NA APÓLICE, DOS VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. MULTA DECENDIAL. SÚMULAS 83, 5 E 7/STJ**

*1. A Corte regional não apreciou a tese de ocorrência da prescrição.*

*A despeito da oposição dos embargos de declaração, persistiu a omissão, não se vislumbrando o efetivo prequestionamento. Deveria, portanto, o recorrente alegar,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*nas razões do recurso especial, violação ao art. 535 do CPC, ônus do qual não se desincumbiu.*

*Incide, na espécie, pois, o óbice da Súmula 211 do STJ.*

*(...)*

*4. É devida a aplicação de multa decendial, em função do atraso no pagamento da indenização, objeto do seguro obrigatório, nos contratos vinculados ao SFH, limitada ao valor da obrigação principal. Incidência da Súmula nº 83/STJ. Ademais, não é possível rever a conclusão do acórdão impugnado, no sentido de que houve atraso no pagamento da indenização objeto do seguro obrigatório, apto a cristalizar a incidência da multa decendial, sem violar os óbices prescritos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.*

*5. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1338159/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 14/12/2016)*

**CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. SFH. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. MULTA DECENDIAL. LIMITAÇÃO AO VALOR DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. SÚMULA Nº 83 DO STJ. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DA SEGURADORA. SÚMULAS NºS 282 E 356, AMBAS DO STF. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. DECISÃO MANTIDA.**

*1. As seguradas não apresentaram argumento novo capaz de modificar a conclusão adotada, que se apoiou em entendimento aqui consolidado para negar provimento ao agravo em recurso especial.*

*2. Não há que se falar em afronta ao art. 535 do CPC quando o acórdão resolve fundamentadamente a questão pertinente à multa contratual, mostrando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes.*

*3. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que a multa decendial pactuada para o atraso do pagamento da indenização é limitada ao montante da obrigação principal. Incide, portanto, o Enunciado nº 83 do STJ.*

*4. O Tribunal de origem não se pronunciou sobre o tema relacionado ao enriquecimento sem causa. Assim, verifica-se que o conteúdo normativo do art. 884 do CC/02 não foi objeto de debate no acórdão recorrido, o que atrai a aplicação, por analogia, das Súmulas nºs 282 e 356, ambas do STF.*

*5. Inaplicabilidade das disposições do NCPC neste julgamento*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*ante os termos do Enunciado nº 1 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

*6. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no REsp 1570442/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/05/2016, DJe 13/05/2016)*

Sendo assim, o aresto recorrido não merece reparos.

**Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, conhecer do recurso especial e negar-lhe provimento.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator